

## REUNIÃO COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS INFRAESTRUTURAS

Na sequência de contactos anteriores, o SITAVA foi convocado para uma reunião com o Secretário de Estado das Infraestruturas, no passado dia 30 de novembro, com o objectivo de nos transmitir que o Governo vai, ainda este ano, fazer o anúncio da OPV aos trabalhadores. Esta operação é, segundo o Governo, indispensável para se poder encerrar esta já extensa “novela” e, finalmente, proceder à anunciada reversão, ainda que parcial, do processo de privatização do Grupo TAP.

Sem pretender agora historiar todo o processo de privatização desde o seu anúncio feito pelo anterior Governo de má memória, não podemos, no entanto, deixar de recordar toda a opacidade do processo, as múltiplas malfeitorias e decisões, muitas delas de duvidosa legalidade, que condicionaram e conduziram este processo até novembro de 2015, altura em que foi assinado o contrato de venda de 61% do capital da TAP S.G.P.S.

A assinatura desse contrato, como todos bem nos lembramos, realizou-se à noite, em privado, quase às escondidas e já após as eleições legislativas que, por força da luta dos trabalhadores e da vontade do povo português expressa nos votos, vieram abrir uma nova janela de esperança, possibilitando a formação de um governo que se afirmava, à época, contra a privatização.

Infelizmente, nem todas as promessas e compromissos anunciados nessa altura pelo novo governo, parecem ter agora adesão à realidade. Foi precisamente sobre esta matéria que o SITAVA expôs ao Secretário de Estado, com muita veemência, todas as preocupações que se vão acumulando no seio dos trabalhadores, nomeadamente com a aplicação do tal estudo da BCG que, no dizer do Presidente do Conselho de Administração, não era para aplicar, mas que está a sê-lo muito rapidamente e em força.

Transmitimos ainda ao Secretário de Estado que a instabilidade que se vive no Grupo TAP, fruto das medidas já concretizadas (encerramento de todas as lojas da TAP, venda das Lojas Francas, etc.), acentua-se quando somos confrontados com outras cada vez mais faladas, como sejam a segmentação da Manutenção e Engenharia ou a venda dos terrenos do reduto TAP à ANA/VINCI. Esta realidade, associada à total e incompreensível ausência do accionista maioritário, o Estado Português, a não ser travada conduzirá inevitavelmente este processo a um desfecho trágico com graves consequências para os postos de trabalho, para o País e para a Economia Nacional.

Fizemos saber ainda ao Governante que os trabalhadores exigem que cada parte assuma claramente as suas responsabilidades, que não podem admitir que o accionista maioritário se demita das grandes responsabilidades que assumiu, e entregue a gestão dos activos públicos sem qualquer controlo àqueles que apenas têm mostrado práticas em defesa dos seus interesses e dos seus negócios pessoais.

**UNIDOS SOMOS MAIS FORTES**